

Infâncias que Atravessam Fronteiras: Cultura, Mobilidade e Pertencimento na Amazônia Trinacional

Rosi Meri Bukowitz Jankauskas

*Doutora em Educação - Interamericana/PY reconhecido pela Universidade Católica de
Petrópolis - UCP/RJ*

Resumo: As infâncias vividas na Amazônia Trinacional, especialmente no espaço de circulação entre Brasil, Peru e Colômbia, constituem experiências marcadas por diversidade cultural, mobilidade cotidiana, relações transfronteiriças e múltiplos sentidos de pertencimento. Nesse território, rios, cidades, comunidades indígenas, línguas e redes familiares produzem formas particulares de viver a infância, ao mesmo tempo em que desigualdades sociais e limitações na oferta de políticas públicas tensionam a garantia de direitos. O artigo objetiva analisar como cultura, mobilidade e pertencimento configuram as experiências das infâncias na tríplice fronteira amazônica. A investigação foi orientada pelo seguinte problema: de que modo as dinâmicas culturais e de mobilidade existentes entre Brasil, Peru e Colômbia interferem na construção do pertencimento e nas condições sociais, educacionais e protetivas das crianças que vivem nesse espaço transfronteiriço? Metodologicamente, realizou-se pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, mediante revisão narrativa da literatura, reunindo estudos sobre fronteira, interculturalidade, educação, mobilidade humana, povos indígenas, urbanização e proteção integral. Os resultados indicam que a fronteira funciona menos como barreira fixa e mais como território social de circulação, no qual as crianças constroem vínculos que ultrapassam nacionalidades formais. Evidenciam, ainda, que a escola ocupa posição estratégica na mediação intercultural, embora persistam preconceitos, desigualdades institucionais e vulnerabilidades relacionadas à violência, ao trabalho infantil e ao acesso descontínuo a serviços. Conclui-se que compreender essas infâncias exige perspectiva territorial e intercultural, capaz de reconhecer mobilidades, identidades plurais e redes comunitárias, articulando educação e proteção integral. Essa abordagem contribui para políticas sensíveis às especificidades territoriais e culturais das crianças em circulação cotidiana.

Palavras-chave: Infâncias Fronteiriças. Interculturalidade. Mobilidade Transfronteiriça.



Recebido em: abril, 2026. Aceito em: julho, 2026

DOI: 10.56069/2676-0428.2026.838

Ciência em Movimento: Saberes, Práticas e Impactos Sociais

Agosto, 2026, v. 3, n. 41

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Infancias que cruzan fronteras: Cultura, movilidad y pertenencia en la Amazonía trinacional

Resumen: Las infancias vividas en la Amazonía Trinacional, especialmente en el espacio de circulación entre Brasil, Perú y Colombia, constituyen experiencias marcadas por la diversidad cultural, la movilidad diaria, las relaciones transfronterizas y múltiples significados de pertenencia. En este territorio, ríos, ciudades, comunidades indígenas, lenguas y redes familiares producen formas particulares de vivir la infancia, al mismo tiempo que las desigualdades sociales y las limitaciones en la oferta de políticas públicas dificultan la garantía de los derechos. El artículo pretende analizar cómo la cultura, la movilidad y la pertenencia configuran las experiencias de la infancia en la triple frontera amazónica. La investigación se guió por el siguiente problema: ¿cómo interfieren las dinámicas culturales y de movilidad existentes entre Brasil, Perú y Colombia en la construcción de pertenencia y en las condiciones sociales, educativas y protectoras de los niños que viven en este espacio transfronterizo? Metodológicamente, se llevó a cabo una investigación bibliográfica, con un enfoque cualitativo, mediante una revisión narrativa de la literatura, reuniendo estudios sobre fronteras, interculturalidad, educación, movilidad humana, pueblos indígenas, urbanización y protección integral. Los resultados indican que la frontera funciona menos como una barrera fija y más como un territorio social de circulación, en el que los niños construyen lazos que van más allá de las nacionalidades formales. También muestran que la escuela ocupa una posición estratégica en la mediación intercultural, aunque persisten prejuicios, desigualdades institucionales y vulnerabilidades relacionadas con la violencia, el trabajo infantil y el acceso discontinuo a los servicios. Se concluye que comprender estas infancias requiere una perspectiva territorial e intercultural, capaz de reconocer movilidad, identidades plurales y redes comunitarias, articular la educación y la protección integral. Este enfoque contribuye a políticas sensibles a las especificidades territoriales y culturales de los niños en circulación diaria.

Palabras clave: Infancias en la frontera. Interculturalidad. Movilidad transfronteriza.

Childhoods That Cross Borders: Culture, Mobility and Belonging in the Trinational Amazon

Abstract: The childhoods lived in the Trinational Amazon, especially in the space of circulation between Brazil, Peru and Colombia, constitute experiences marked by cultural diversity, daily mobility, cross-border relations and multiple meanings of belonging. In this territory, rivers, cities, indigenous communities, languages and family networks produce particular ways of living childhood, at the same time that social inequalities and limitations in the supply of public policies strain the guarantee of rights. The article aims to analyze how culture, mobility and belonging configure the experiences of childhoods in the triple Amazonian border. The investigation was guided by the following problem: how do the cultural and mobility dynamics existing between Brazil, Peru and Colombia interfere in the construction of belonging and in the social, educational and protective conditions of children living in this cross-border space? Methodologically, a bibliographic research was carried out, with a qualitative approach, through a narrative review of the literature, bringing together studies on borders, interculturality, education, human mobility, indigenous peoples, urbanization and integral protection. The results indicate that the border functions less as a fixed barrier and more as a social territory of circulation, in which children build bonds that go beyond formal nationalities. They also show that the school occupies a strategic position in intercultural mediation, although prejudices, institutional inequalities and vulnerabilities related to violence, child labor and discontinuous access to services persist. It is concluded that understanding these childhoods requires a territorial and intercultural perspective, capable of recognizing mobilities, plural identities and community networks, articulating education and integral protection. This approach contributes to policies that are sensitive to the territorial and cultural specificities of children in daily circulation.

Keywords: Border Childhoods. Interculturality. Cross-border mobility.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia Trinacional formada pelas áreas de contato entre Brasil, Peru e Colômbia constitui um espaço em que fronteiras nacionais coexistem com redes sociais, culturais e econômicas que ultrapassam os limites político-administrativos. No Alto Solimões, cidades como Tabatinga, no Brasil, e Leticia, na Colômbia, articulam-se a comunidades ribeirinhas, indígenas e urbanas por meio de deslocamentos cotidianos, circulação fluvial, comércio, relações familiares e trajetórias escolares. Nessa configuração, as infâncias não podem ser compreendidas apenas a partir da nacionalidade inscrita em documentos, pois as experiências das crianças são produzidas em territórios atravessados por línguas, etnias, parentescos e práticas culturais diversas. Oliveira (2006) já demonstrava que a mobilidade humana é elemento estruturante dessa fronteira, enquanto Becker (2013) chama atenção para a especificidade da urbanização amazônica e para a articulação entre floresta, cidade e fluxos regionais. Assim, pensar a infância nesse espaço implica considerar que território e mobilidade participam diretamente da constituição de identidades e formas de pertencimento.

Essa pluralidade, contudo, convive com desigualdades que afetam de modo particular crianças e adolescentes. Coêlho e Dias (2026) mostram que a proteção integral na Amazônia precisa ser analisada para além das fronteiras formais do Estado, uma vez que pobreza multidimensional, precariedades de saneamento, educação e conectividade, trabalho infantil, violência sexual e outros riscos apresentam causas e efeitos que atravessam territórios e redes institucionais. Em direção convergente, Simbine et al. (2026), ao discutirem notificações de violência interpessoal e autoprovocada contra crianças e adolescentes no Amazonas, evidenciam a relevância de sistemas de vigilância, redes de proteção e respostas públicas capazes de reconhecer especificidades territoriais. O cenário amazônico, portanto, demanda uma leitura que não naturalize a distância geográfica nem trate a diversidade cultural como obstáculo, mas que identifique como desigualdades e violações se distribuem em contextos marcados por circulação intensa e presença diferenciada do poder público.

No campo educacional, a diversidade cultural da tríplice fronteira torna a escola um espaço decisivo para a negociação de diferenças, reconhecimentos e pertencimentos. Moreira e Candau (2003) defendem que educação e cultura devem ser compreendidas de modo articulado, pois os processos escolares não são neutros diante das diferenças. Candau (2008; 2020) reforça que práticas interculturais precisam superar tanto a assimilação das diferenças quanto sua celebração superficial, promovendo diálogo, reconhecimento e enfrentamento das desigualdades. Fleuri (2001) acrescenta que a educação intercultural pressupõe relações entre sujeitos e grupos culturalmente distintos, deslocando a diferença de uma posição periférica para o centro da experiência educativa. Na fronteira amazônica, essa perspectiva adquire especial relevância porque crianças brasileiras, colombianas, peruanas e indígenas podem compartilhar espaços escolares, línguas e repertórios cotidianos, construindo pertencimentos que não coincidem necessariamente com as classificações nacionais.

Diante desse contexto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: de que modo as dinâmicas culturais e de mobilidade existentes entre Brasil, Peru e Colômbia interferem na construção do pertencimento e nas condições sociais, educacionais e protetivas das crianças que vivem nesse espaço transfronteiriço? O problema parte da compreensão de que a infância é vivida concretamente em relações territoriais e que, na fronteira, deslocar-se, falar diferentes línguas, conviver com distintos referenciais culturais e acessar instituições de países diversos pode ampliar repertórios e vínculos, mas também produzir invisibilidades administrativas, discriminações e descontinuidades na proteção de direitos.

O objetivo geral consiste em analisar como cultura, mobilidade e pertencimento configuram as experiências das infâncias na tríplice fronteira amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia. De modo articulado, busca-se compreender a fronteira como território social vivido, identificar como a mobilidade transfronteiriça interfere nas redes familiares e educacionais, discutir o papel da interculturalidade na constituição de pertencimentos e examinar desafios relacionados à proteção integral de crianças em contextos de diversidade étnica, linguística e nacional.

Para alcançar esse propósito, o artigo está organizado em cinco partes, além desta introdução. Inicialmente, apresenta-se a metodologia, caracterizada como pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa e revisão narrativa. Em seguida, a fundamentação teórica discute território, mobilidade, interculturalidade e pertencimento na Amazônia Trinacional. Na seção de resultados bibliográficos, sistematizam-se estudos selecionados em quadro-síntese e identificam-se convergências e tensões entre as pesquisas. Posteriormente, os achados são discutidos em quatro eixos analíticos — território e mobilidade, cultura e interculturalidade, pertencimento e escola e proteção de direitos —, articulados por uma figura explicativa. Por fim, as considerações finais retomam o objetivo e respondem ao problema proposto.

2 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, por meio de revisão narrativa da literatura. A opção por esse desenho decorreu da natureza ampla e interdisciplinar do problema, que exige diálogo entre educação, estudos culturais, geografia, antropologia, mobilidade humana e proteção da infância. Snyder (2019) compreende a revisão de literatura como método de pesquisa capaz de reunir, avaliar e sintetizar conhecimentos dispersos, desde que o percurso de seleção e análise seja explicitado. Nessa perspectiva, a revisão não foi utilizada como simples levantamento introdutório, mas como procedimento de produção de uma síntese interpretativa sobre as infâncias na fronteira amazônica.

A revisão narrativa mostrou-se adequada porque permite integrar estudos de naturezas distintas, incluindo artigos, livros, dissertações, teses, trabalhos acadêmicos e documentos institucionais relacionados ao território investigado. Sukhera (2022) destaca que revisões narrativas são especialmente úteis para questões amplas e complexas, nas quais se pretende descrever o estado do conhecimento, interpretar perspectivas diversas e produzir crítica conceitual. Sua flexibilidade, entretanto, não elimina a necessidade de rigor: definição clara do problema, delimitação do escopo, explicitação das fontes mobilizadas e

coerência entre o corpus e as conclusões constituem elementos necessários para conferir transparência ao processo analítico.

Como estratégia de organização, foram priorizados trabalhos que abordassem pelo menos um dos seguintes núcleos temáticos: tríplice fronteira Brasil–Peru–Colômbia; Tabatinga e Alto Solimões; mobilidade humana; povos indígenas e reconhecimento étnico; multiculturalismo e interculturalidade; práticas educativas em escolas de fronteira; trabalho infantil; proteção de crianças e adolescentes; urbanização e infraestrutura amazônica. Também foram incorporadas obras teóricas de referência sobre território, espaço e interculturalidade. A seleção combinou pertinência temática, capacidade explicativa e relação direta com a pergunta do artigo, sem a pretensão de exaustividade própria das revisões sistemáticas.

O procedimento analítico ocorreu em três movimentos. No primeiro, realizou-se leitura exploratória para identificar conceitos, problemas e resultados recorrentes. No segundo, os textos foram agrupados em quatro eixos: território e mobilidade; cultura e interculturalidade; pertencimento e escola; proteção de direitos. No terceiro, os achados foram comparados e interpretados à luz do objetivo geral. A sistematização dialoga com Turnbull, Chugh e Luck (2023), para quem revisões com componente narrativo ganham robustez quando apresentam de forma concisa os critérios de busca, seleção e síntese e quando a narrativa interpretativa permanece ancorada em um percurso metodológico reconhecível. Assim, embora a revisão realizada não seja sistemática, procurou-se assegurar rastreabilidade argumentativa e coerência entre fontes, categorias e conclusões.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: INFÂNCIAS, TERRITÓRIO, INTERCULTURALIDADE E PERTENCIMENTO NA AMAZÔNIA TRINACIONAL

A compreensão das infâncias na Amazônia Trinacional exige, inicialmente, deslocar a fronteira de uma concepção restrita à linha que separa Estados. Santos (1996) concebe o espaço como produto de relações entre objetos, ações, técnicas e temporalidades, permitindo compreender que o território se constitui por usos e práticas. Nessa direção, Oliveira (2006)

demonstra que a tríplice fronteira Brasil–Peru–Colômbia é marcada por mobilidades que envolvem trabalho, parentesco, comércio, circulação de bens e busca por serviços. Para as crianças, esses fluxos integram a vida cotidiana: atravessar rios, circular entre cidades ou manter vínculos familiares em mais de um país pode compor experiências ordinárias de socialização. A mobilidade, portanto, não representa necessariamente ruptura; muitas vezes, constitui a própria condição de continuidade dos vínculos sociais.

A materialidade desse território também condiciona as experiências infantis. Becker (2013) interpreta a urbanização amazônica como fenômeno articulado à floresta e às redes regionais, afastando leituras que opõem cidade e natureza. No caso de Tabatinga, Abreu et al. (2024) identificam diversidade étnica, biodiversidade, problemas de infraestrutura, saneamento e organização urbana, aspectos que interferem no acesso cotidiano a equipamentos e serviços. Trajano Vieira (2016), ao estudar a luta pelo reconhecimento étnico dos Kokama, mostra que identidades se constroem em processos históricos de afirmação, negociação e disputa por reconhecimento, o que contribui para pensar pertencimentos infantis como experiências dinâmicas.

A diversidade da fronteira coloca em evidência os limites de modelos escolares homogêneos. Moreira e Candau (2003) argumentam que escola e cultura se interpenetram e que práticas pedagógicas precisam reconhecer as diferenças como constitutivas do processo educativo. Candau (2008) ressalta que uma abordagem multicultural crítica deve enfrentar relações de poder e desigualdades, e não apenas inserir referências culturais distintas no currículo. Posteriormente, Candau (2020) reafirma a interculturalidade como desafio para a didática e para a formação docente, defendendo processos que articulem igualdade e diferença. Em território trinacional, tal exigência torna-se concreta diante da convivência entre crianças com repertórios linguísticos, nacionais e étnicos distintos.

Fleuri (2001) compreende a educação intercultural como construção de relações entre sujeitos diferentes, nas quais o contato produz aprendizagens, conflitos e ressignificações. Nanni (1998) destaca o caráter relacional da educação intercultural, entendida como prática orientada ao encontro e ao reconhecimento. Em escolas fronteiriças, Machado e Lacerda (2023) identificam

tanto a riqueza do convívio multicultural quanto situações de discriminação, especialmente dirigidas a estudantes de origem peruana. Rabelo (2017) sustenta que a interculturalidade pode fundamentar uma educação democrática nas fronteiras, justamente porque favorece pertencimentos que não dependem da negação das diferenças. Coelho (2020), ao analisar práticas de professores do multisseriado na tríplice fronteira, acrescenta a necessidade de um olhar decolonial atento aos saberes ribeirinhos e às especificidades territoriais.

A mobilidade também produz desafios institucionais. Odorissi e Gorczewski (2019) discutem o imigrante como sujeito de direitos e mostram as tensões que o Estado-nação enfrenta para assegurar participação e cidadania a pessoas em deslocamento. No caso das crianças, documentos, matrícula, acesso a serviços e reconhecimento de vínculos podem ser afetados quando a vida cotidiana não coincide com uma única jurisdição. Esse problema torna-se mais sensível diante de vulnerabilidades sociais. Nascimento (2016), ao investigar a política de erradicação do trabalho infantil na tríplice fronteira, evidencia a necessidade de considerar dinâmicas econômicas e territoriais específicas na formulação de políticas públicas.

A proteção integral, assim, precisa dialogar com mobilidade e pluralidade cultural. Coêlho e Dias (2026) defendem que violações de direitos de crianças e adolescentes na Amazônia apresentam dimensão transnacional e demandam articulação entre Estado, comunidades, sociedade civil e sistemas de justiça. Simbine et al. (2026) reforçam a importância de reconhecer a violência contra crianças e adolescentes como problema que requer vigilância e respostas articuladas. Desse modo, cultura, mobilidade e pertencimento não constituem temas paralelos: são dimensões interdependentes das infâncias fronteiriças. Reconhecer essa interdependência permite compreender a criança não como sujeito deslocado entre três países, mas como participante de um território de relações no qual identidades, direitos, redes familiares e experiências escolares são produzidos simultaneamente.

4 RESULTADOS BIBLIOGRÁFICOS E DISCUSSÃO

A leitura comparada do corpus permitiu identificar um conjunto de convergências que sustenta a interpretação das infâncias na tríplice fronteira como experiências territorializadas, móveis e interculturais. Embora os estudos selecionados partam de campos distintos, eles se aproximam ao mostrar que a fronteira amazônica não opera apenas como limite estatal. Ela funciona como espaço cotidiano de circulação, de contato entre línguas e culturas, de produção de identidades e também de exposição desigual a serviços e mecanismos de proteção. O Quadro 1 sintetiza pesquisas e obras diretamente mobilizadas na fundamentação e evidencia como seus resultados contribuem para o problema deste artigo.

Quadro 1. Síntese das pesquisas mobilizadas na fundamentação teórica

Autor/Ano	Objeto	Contribuição central	Eixo analítico
Oliveira (2006)	Mobilidade humana na tríplice fronteira	A mobilidade é estrutural e articula trabalho, família, serviços e circulação regional.	Território e mobilidade
Nascimento (2016)	Trabalho infantil e políticas públicas	Políticas de erradicação precisam considerar a dinâmica socioeconômica e territorial de Tabatinga.	Proteção de direitos
Trajano Vieira (2016)	Reconhecimento étnico Kokama	Identidades étnicas são construídas em processos de reconhecimento e disputa em contexto transfronteiriço.	Pertencimento

Autor/Ano	Objeto	Contribuição central	Eixo analítico
Coelho (2020)	Educação ribeirinha multisseriada	Práticas pedagógicas requerem leitura decolonial e valorização dos saberes territoriais.	Escola e interculturalidade
Machado e Lacerda (2023)	Multiculturalismo na escola pública	Convivência multilíngue gera aprendizagens, mas também podem ocorrer preconceito e discriminação.	Cultura e escola
Abreu et al. (2024)	Uso e ocupação de Tabatinga	Diversidade étnica e ambiental convive com problemas de infraestrutura, saneamento e organização urbana.	Território e condições de vida
Coelho e Dias (2026)	Proteção integral na Amazônia	Violações de direitos exigem respostas territoriais e interinstitucionais que ultrapassem fronteiras formais.	Proteção integral
Simbine et al. (2026)	Violência contra crianças e adolescentes	Notificações de violência evidenciam a necessidade de vigilância e redes articuladas de proteção.	Proteção de direitos

Fonte: Elaboração própria (2026).

O quadro evidencia que os estudos, embora distintos em objeto e escala, convergem ao situar a fronteira como realidade social marcada por circulação,

diversidade e desigualdade. A síntese também mostra que nenhuma das dimensões examinadas é suficiente isoladamente: mobilidade influencia acesso a serviços; cultura interfere no reconhecimento escolar; pertencimento articula identidade e território; e a proteção de direitos depende da capacidade de instituições acompanharem trajetórias que atravessam limites administrativos.

4.1 TERRITÓRIO E MOBILIDADE: A FRONTEIRA COMO ESPAÇO VIVIDO

O primeiro resultado bibliográfico refere-se à recorrência da mobilidade como componente estrutural da vida social na fronteira. Oliveira (2006) descreve deslocamentos que não se explicam apenas por migração definitiva, pois incluem movimentos frequentes entre localidades e países. Esse achado é central para o objetivo do artigo: se a circulação é constitutiva do território, as experiências infantis precisam ser analisadas em relação às redes que conectam moradia, escola, parentesco, comércio e acesso a serviços. A criança que atravessa uma fronteira internacional para visitar familiares, estudar, comprar produtos ou acompanhar adultos não necessariamente vivencia esse deslocamento como mudança entre mundos separados. Em muitos casos, a continuidade social do território supera a descontinuidade jurídica da linha nacional.

Santos (1996) oferece base para interpretar esse fenômeno ao compreender o espaço a partir de seus usos. A fronteira ganha sentido pelas práticas que nela se realizam; por isso, mapas políticos são insuficientes para explicar trajetórias cotidianas. Becker (2013) amplia essa leitura ao mostrar que a urbanização amazônica se estrutura em redes e articulações específicas. Tabatinga exemplifica esse caráter relacional: sua posição territorial, a proximidade com Leticia e a conexão fluvial com comunidades do Alto Solimões produzem um espaço urbano cuja funcionalidade depende de fluxos. Abreu et al. (2024), ao analisarem uso e ocupação da cidade, mostram que diversidade étnica e biodiversidade convivem com precariedades de infraestrutura e saneamento. Para as infâncias, essas condições se traduzem em oportunidades desiguais de circulação segura, lazer, escolarização e acesso a políticas públicas.

Esse resultado permite responder parcialmente ao problema da pesquisa: a mobilidade interfere na construção do pertencimento porque amplia a escala das relações significativas da criança. O pertencimento pode combinar vínculos com bairros, comunidades indígenas, cidades de diferentes países, grupos linguísticos e redes familiares transfronteiriças. Ao mesmo tempo, quanto maior a distância entre a territorialidade vivida e a territorialidade administrativa das políticas, maior o risco de lacunas de atendimento. Desse modo, a mobilidade deve ser reconhecida simultaneamente como prática social, recurso de acesso e fator que exige coordenação institucional.

4.2 CULTURA E INTERCULTURALIDADE: ENTRE O RECONHECIMENTO E A DESIGUALDADE

O segundo eixo reúne estudos que descrevem a fronteira como espaço de intensa pluralidade cultural. A literatura indica que conviver com diferenças não produz automaticamente relações interculturais democráticas. Moreira e Candau (2003) distinguem o simples reconhecimento da presença de culturas diversas de uma prática educativa capaz de problematizar hierarquias e desigualdades. Candau (2008; 2020) aprofunda essa posição ao defender que a interculturalidade crítica exige diálogo entre sujeitos e, simultaneamente, enfrentamento de assimetrias. Na tríplice fronteira, isso significa que o uso de diferentes línguas, a presença indígena e a circulação de crianças de nacionalidades diversas podem constituir riqueza formativa, mas também podem ser convertidos em marcadores de discriminação quando a escola valoriza um padrão cultural como norma.

Machado e Lacerda (2023) tornam essa tensão visível ao registrarem, no cotidiano escolar fronteiriço, tanto avaliações positivas sobre a mistura de línguas quanto episódios de preconceito contra estudantes peruanos. O dado é relevante porque mostra que a proximidade geográfica não elimina estigmas nacionais. Fleuri (2001) ajuda a compreender que a interculturalidade se realiza nas relações e, por isso, inclui conflitos, negociações e aprendizagens. Nanni (1998) reforça que o encontro intercultural depende de disposição educativa para reconhecer o outro como interlocutor, e não como alguém a ser assimilado.

Nesse quadro, a escola torna-se um dos principais lugares em que as crianças aprendem se sua origem será reconhecida como parte legítima da comunidade ou tratada como diferença inferiorizada.

Coelho (2020), ao focalizar práticas pedagógicas em contexto multisseriado e ribeirinho, contribui para ampliar o debate: a interculturalidade na Amazônia não pode ser reduzida à relação entre nacionalidades. Ela envolve também saberes indígenas, ribeirinhos, urbanos e comunitários, muitas vezes subordinados por currículos produzidos fora do território. O alcance do objetivo geral, portanto, exige compreender cultura como dimensão constitutiva das infâncias e pertencimento como processo que depende do reconhecimento desses repertórios. Uma infância transfronteiriça não é menos pertencente por mobilizar referências de mais de um país; ao contrário, pode produzir pertencimentos múltiplos, desde que as instituições não imponham exclusividade identitária.

4.3 PERTENCIMENTO, IDENTIDADES E PAPEL DA ESCOLA

O terceiro eixo mostra que pertencimento não corresponde apenas à posse de nacionalidade ou residência formal. Trajano Vieira (2016), ao analisar o reconhecimento étnico dos Kokama, evidencia que identidades são historicamente construídas e politicamente negociadas. Essa perspectiva é particularmente útil para compreender as infâncias, pois crianças aprendem categorias de identidade em relações familiares, comunitárias e institucionais. O pertencimento pode envolver simultaneamente ser Tikuna, Kokama, ribeirinho, morador de Tabatinga, estudante de uma escola brasileira, integrante de família com vínculos no Peru ou na Colômbia. Tais dimensões não precisam ser mutuamente excludentes.

A escola participa ativamente da legitimação ou do silenciamento desses pertencimentos. Rabelo (2017) propõe a interculturalidade como fundamento de educação democrática em escolas fronteiriças, o que implica transformar diversidade em princípio de organização pedagógica. Moreira e Candau (2003) lembram que a cultura escolar seleciona conhecimentos e formas de expressão, estabelecendo fronteiras simbólicas entre o que é considerado legítimo e o que

permanece periférico. Assim, quando a escola inclui línguas, memórias, narrativas, territórios e saberes das comunidades, amplia as possibilidades de reconhecimento; quando exige adaptação unilateral ao padrão dominante, pode produzir sensação de estrangeirismo mesmo em crianças que vivem há anos naquele território.

Odorissi e Gorczewski (2019) acrescentam uma dimensão jurídico-política ao problema ao tratarem o imigrante como sujeito de direitos. Para crianças em circulação, o pertencimento social pode não coincidir com o enquadramento burocrático, criando situações nas quais o vínculo real com uma comunidade é maior que o reconhecimento institucional disponível. Por isso, o resultado bibliográfico aponta que políticas educacionais de fronteira devem ser sensíveis a trajetórias móveis e identidades plurais, assegurando acesso, continuidade escolar e respeito às diferenças sem transformar mobilidade em sinônimo de déficit ou instabilidade.

4.4 PROTEÇÃO INTEGRAL E COORDENAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

O quarto eixo evidencia que as mesmas fronteiras atravessadas por vínculos familiares e culturais podem fragmentar respostas estatais. Nascimento (2016), ao discutir a erradicação do trabalho infantil na tríplice fronteira, mostra que políticas concebidas de maneira genérica encontram limites quando aplicadas a contextos com economias locais, circulação internacional e redes sociais específicas. Isso indica que a proteção das crianças não depende apenas da existência formal de políticas, mas da capacidade de adaptá-las ao território e coordená-las entre instituições.

Coelho e Dias (2026) aprofundam essa questão ao defenderem leitura transnacional da proteção integral na Amazônia. Para os autores, violações de direitos não respeitam fronteiras administrativas e se articulam a pobreza, precariedade de serviços, atividades econômicas e redes que excedem a ação isolada de um Estado. Embora o foco de Simbine et al. (2026) esteja nas notificações de violência no Amazonas, a centralidade atribuída à vigilância e às redes de cuidado reforça a necessidade de fluxos institucionais capazes de identificar situações de risco e evitar interrupções na proteção. Em territórios de

mobilidade cotidiana, uma rede fragmentada pode falhar justamente quando a criança se desloca entre municípios, comunidades ou países.

Esse conjunto de achados completa a resposta à pergunta da pesquisa. Cultura e mobilidade interferem no pertencimento porque estruturam as relações pelas quais as crianças reconhecem a si mesmas e são reconhecidas pelos outros; simultaneamente, interferem nas condições educacionais e protetivas porque as instituições estão organizadas segundo jurisdições que nem sempre correspondem aos territórios efetivamente vividos. O desafio não é impedir a circulação, mas construir políticas capazes de acompanhá-la. A proteção integral, nessa perspectiva, precisa ser territorial, intercultural e interinstitucional.

4.5 SÍNTESE EXPLICATIVA DOS RESULTADOS

A Figura 1 organiza os resultados em quatro eixos interdependentes. O centro representa as infâncias na Amazônia Trinacional e evidencia que suas experiências não resultam de uma única variável. Território e mobilidade definem circuitos cotidianos; cultura e interculturalidade orientam relações de reconhecimento; pertencimento e escola mediam identidades e participação; e proteção de direitos depende de redes capazes de atuar em contextos móveis. As setas bidirecionais representam a influência recíproca entre essas dimensões.

A figura permite visualizar o principal resultado interpretativo da revisão: as crianças não apenas atravessam fronteiras; elas vivem em um território em que a fronteira é atravessada continuamente por relações sociais. Isso altera a forma de compreender políticas e práticas educativas. A resposta institucional adequada não consiste em fixar identidades ou restringir deslocamentos, mas em reconhecer continuidades sociais que ultrapassam a divisão nacional.

Essa leitura aproxima Santos (1996), Oliveira (2006) e Becker (2013) das contribuições interculturais de Fleuri (2001) e Candau (2008; 2020), pois articula espaço vivido e reconhecimento cultural. Também aproxima o debate educacional da proteção integral proposta por Coêlho e Dias (2026): quando território, cultura e mobilidade são considerados conjuntamente, torna-se

possível compreender que garantia de direitos e pertencimento são dimensões inseparáveis da experiência infantil na Amazônia.

Figura 1. Eixos constitutivos das infâncias na Amazônia Trinacional



Fonte: Elaboração própria (2026).

Nessa perspectiva, o alcance do objetivo geral não se limita a descrever a diversidade existente entre Brasil, Peru e Colômbia. A revisão demonstra que cultura, mobilidade e pertencimento operam como categorias explicativas mutuamente relacionadas. A mobilidade amplia redes e pode viabilizar acesso a oportunidades; a cultura fornece repertórios de identificação e interpretação; o pertencimento expressa a qualidade do reconhecimento obtido nos espaços sociais; e as instituições determinam, em grande medida, se essa pluralidade será acolhida ou convertida em desigualdade. A escola aparece como instituição estratégica porque recebe crianças com trajetórias diversas e pode criar práticas de tradução cultural, valorização linguística, combate ao preconceito e continuidade pedagógica. Ao mesmo tempo, serviços de assistência, saúde e justiça precisam dialogar para que a circulação territorial não fragmente a proteção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo analisar como cultura, mobilidade e pertencimento configuram as experiências das infâncias na tríplice fronteira

amazônica entre Brasil, Peru e Colômbia. A revisão narrativa permitiu alcançar esse objetivo ao evidenciar que a infância, nesse território, é produzida por relações que atravessam limites nacionais: deslocamentos cotidianos, redes familiares, circulação entre cidades e comunidades, pluralidade linguística, identidades indígenas e experiências escolares compõem um espaço social integrado, embora submetido a diferentes jurisdições.

A pergunta de pesquisa, de que modo as dinâmicas culturais e de mobilidade interferem na construção do pertencimento e nas condições sociais, educacionais e protetivas das crianças, foi respondida pela identificação de uma relação de dupla face. De um lado, a mobilidade e a diversidade cultural ampliam repertórios, redes de sociabilidade e possibilidades de pertencimento múltiplo. De outro, quando instituições escolares e políticas públicas operam com referências rígidas de nacionalidade, homogeneidade cultural e residência, podem produzir discriminações, invisibilidades burocráticas e descontinuidades no acesso a direitos.

Conclui-se que compreender as infâncias que atravessam fronteiras requer substituir a imagem da criança “entre países” pela compreensão da criança situada em um território transfronteiriço. Essa mudança desloca o foco da adaptação individual para a responsabilidade institucional de reconhecer línguas, culturas, trajetórias e vínculos territoriais. A escola possui papel estratégico nesse processo, tanto por mediar encontros interculturais quanto por poder combater estigmas e legitimar pertencimentos plurais. Da mesma forma, a proteção integral demanda articulação entre serviços, comunidades e sistemas de garantia de direitos, de modo que a mobilidade não resulte em perda de acompanhamento.

Por se tratar de revisão narrativa, o estudo não pretende esgotar a produção existente nem generalizar empiricamente todas as experiências infantis da região. Seus resultados indicam, contudo, a necessidade de novas pesquisas de campo que incorporem as vozes das próprias crianças, especialmente indígenas, ribeirinhas, migrantes e estudantes que circulam entre os três países. Escutar essas experiências poderá aprofundar a compreensão de como pertencimentos são produzidos no cotidiano e contribuir para políticas educacionais e protetivas mais coerentes com a realidade amazônica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marisa Moura de; CARVALHO, Leonardo Barros da Cunha; SOUSA, Júlia Sirtoli Vieira de; TÁVORA, Felipe Barretto; RAFAEL, Leonardo Monteiro de Barros. Um olhar sobre o uso e a ocupação da cidade de Tabatinga/AM: etnias, biodiversidade, infraestrutura e os desafios do planejamento urbano da cidade. UFF & Sociedade, Niterói, v. 4, n. 5, p. 1-18, 2024.

BECKER, Bertha K. A urbe amazônida: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 13-37.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Didática, interculturalidade e formação de professores: desafios atuais. Revista Cocar, Belém, ed. esp., n. 8, p. 28-44, jan./abr. 2020.

COELHO, Maria Aparecida dos Santos. Práticas pedagógicas de professores do multisseriado na Tríplice Fronteira Amazônica Brasil-Peru-Colômbia: um olhar decolonial sobre a educação ribeirinha. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

COELHO, Gabriel Cesar Fernandes; DIAS, Mônica Nazaré Picanço. Pluralismo jurídico na Amazônia e a efetividade da proteção integral frente às violações de direitos de crianças e adolescentes. Revista Tópicos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 33, p. 1-13, 2026. DOI: 10.70773/revistatopicos/779331316.

FLEURI, Reinaldo Matias. Desafios à educação intercultural no Brasil. Educação, Sociedade & Cultura, n. 16, p. 45-62, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal Cidades e Estados: Município de Tabatinga. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/amazonas/tabatinga/panorama>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MACHADO, Liliane Paiva; LACERDA, Luiz Felipe. O desafio de conviver com a diferença: um estudo sobre o multiculturalismo e a escola pública na tríplice fronteira amazônica. Revista Educação Pública, 2023.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura/s: construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, n. 23, p. 156-168, maio/ago. 2003.

NANNI, Antonio. L'educazione interculturale. Brescia: EMI, 1998.

NASCIMENTO, Edmilson Alves do. Política pública de erradicação do trabalho infantil na Tríplice Fronteira Amazônica – Brasil, Colômbia e Peru: reflexões sobre o contexto de Tabatinga/AM. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

ODORISSI, Luisa Ferreira; GORCZEWSKI, Clóvis. O imigrante enquanto sujeito de direitos: os desafios do Estado-nação para a participação social e política do imigrante. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 16., 2019, Rio Grande do Sul. Anais [...]. Rio Grande do Sul, 2019.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 183-196, 2006. DOI: 10.1590/S0103-40142006000200014.

RABELO, Euriscelia de Almeida. A interculturalidade como fundamento para a educação democrática em escolas fronteiriças. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 4., Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2017.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIMBINE, Mónica Bernardo et al. Notificações de violência interpessoal e autoprovocada contra crianças e adolescentes no Amazonas (2012-2019). Journal Health NPEPS, v. 11, n. 1, 2026.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. Journal of Business Research, v. 104, p. 333-339, 2019. DOI: 10.1016/j.jbusres.2019.07.039.

SUKHERA, Javeed. Narrative reviews: flexible, rigorous, and practical. Journal of Graduate Medical Education, v. 14, n. 4, p. 414-417, 2022. DOI: 10.4300/JGME-D-22-00480.1.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. Terra Indígena Tikuna Umariáçu. 2025. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/bt/terras-indigenas/3888>. Acesso em: 15 mai. 2026.

TRAJANO VIEIRA, José Maria. A luta pelo reconhecimento étnico dos Kokama na tríplice fronteira Brasil/Colômbia/Peru. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

TURNBULL, Darren; CHUGH, Ritesh; LUCK, Jo. Systematic-narrative hybrid literature review: a strategy for integrating a concise methodology into a manuscript. Social Sciences & Humanities Open, v. 7, art. 100381, 2023. DOI: 10.1016/j.ssaho.2022.100381.